



Entrevistado: Eni Carajá Filho¹

1 Nome indígena Jokãntyhy da Etnia Karajá. Há décadas vem atuando na defesa da saúde pública e das demais políticas da seguridade social. Graduando em Antropologia e Arqueologia pela UFMG e em fase de conclusão. Conselheiro Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa recém reeleito, membro da Comissão Intersectorial de Atenção Básica do Conselho Nacional de Saúde e Membro do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde- Ministério da Saúde, Coordena o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase- MORHAN MG. Atua na Rede de Articulação Nacional de Indígenas em Contextos Urbanos e Migrantes – RENIU. Pesquisador, poeta, escritor de contos adultos e infantis. Conselheiro Estadual da Cultura de Minas Gerais. Cacique da Comunidade Indígena Carajá de Minas.

Entrevistadora: Maria Lucia Pinto Leal¹

1 Pós-doutorado pelo Programa Pós-Colonialismos e Cidadania Global do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Portugal (2008). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Mestra em Comunicação pela Universidade de Brasília (1992), Especialista em Saúde Pública-UFF-RJ (1988) Especialista em Política Social-SER-UnB, (1985) Graduada em Serviço Social pela Universidade de Brasília (1983). Fundadora e coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Violência, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças, Adolescentes e Mulheres- Violes/SER/UnB desde 2002. Professora Emérita, pela UnB, em 2020.

Entrevista - 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil e as experiências de sobrevivência das infâncias Indígenas

Nossa entrevista é com Eni Carajá Filho – uma pessoa de presença social forte e com passagem em vários movimentos sociais e sindicais, ele foi inclusive Conselheiro Estadual de Assistência Social em Minas Gerais.

Entrevistadora – Eni Carajá, como você descreve essa participação social?

Entrevistado- Maria Lúcia, primeiramente quero agradecer ao Pai Tupã, pela abertura de caminhos do conhecimento, e nessa trilha, é um prazer conviver contigo. Ter lhe conhecido foi um ganho imensurável e, para mim, a participação e controle social são ferramentas imprescindíveis à efetiva implementação das políticas públicas, e que o cidadão possa ter acesso aos bens e serviços, por ele financiado, por meio do pagamento de impostos. Como você mesmo falou, a minha participação social advém de ter nascido em uma periferia, em Belo Horizonte, onde há 64 anos atrás, a infraestrutura era zero, mas as pessoas seguiam pagando impostos. Comecei cedo a luta e tudo isso tem um orientador, que foi meu pai, que tem o mesmo nome que o meu, e foi um dos principais líderes comunitários, que junto a operários, estudantes e religiosos, conquistaram, por ocupação, um terreno na região oeste de BH, onde atualmente, está localizada uma das maiores favelas do Brasil- Cabana do Pai Tomás.

Entrevistadora – Fala um pouco sobre esse cidadão seu pai.

Entrevistado – Meu pai, uma pessoa Indígena de etnia Karajá – Povo Yni, da Aldeia Terra Indígena Santa Isabel do Morro, hoje chamada de Estado do Tocantins. Teve uma história de vida bastante marcada por questões que ele não tinha como resolver. Nascido em sete de setembro de 1922, e aos sete anos (1929), deparou com um processo violento que denominava chacina, quando perdeu a sua frente seu Pai João Carajá, sua Mãe Ana Carajá e outros parentes, a qual não se lembrava mais do grau de parentesco. Daí, ele escapando da chacina, foi cuidado por outras pessoas indígenas e não-indígenas, passando por uma enorme diáspora, até sua peregrinação mundana chegar ao norte de Minas, por volta de 1953, quando conheceu minha mãe, em Montes Claros, e ela, natural de Bocaiúva, e vieram para Belo Horizonte um ano depois quando constituiu nossa família.

Entrevistadora – Nossa! Que história sensível! E como você absorveu todas essas informações?

Entrevistado – Ele faleceu e eu tinha apenas 12 anos de idade, isso em 1973. Pelas nossas conversas, pude sentir que ele não carregava mágoas, mas passou a ser ressaabiado, desconfiado de tudo e enérgico com a educação dos filhos e filhas. Assim, me tornei uma espécie de herdeiro, não apenas no nome, mas das atitudes: incorporei aquela liderança forte dele e a doçura e experiência de minha mãe, uma quilombola dedicada e exímia na confeitaria caseira. Ouvia a voz dele, sempre em sonhos, e não entendia o porquê e hoje, muita coisa do que ele fazia, eu faço naturalmente.

Entrevistadora – Eni enquanto pessoa indígena você chegou a ter alguma limitação na sociedade?

Entrevistado – Com certeza. O poder da colonização era forte e dominador. Éramos proibidos em falar que somos indígenas, uma vez que todos os dias, passava na rádio a notícia de que os indígenas foram exterminados, e pela nossa história de vida, não

dava mais para passar por experiência horrenda. Assim, omitíamos, deliberadamente, nossa condição indígena. Isso durou até meados de 1978, com a eclosão das CEBS, que são as Comunidades Eclesiais de Base, e veio as manifestações de rua pela Anistia ampla, geral e irrestrita para a libertação de presos políticos, e meu pai foi vítima do Sistema, em especial, da Guarda Rural Indígena, que usava nossos parentes para oprimir nosso próprio povo. Fui sempre limitado na militância social.

Entrevistadora – Estamos em plena comemoração dos 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Você, que pelo que sabemos, atuou diretamente no Comitê Nacional e Estadual Pró-Participação Popular na Constituinte. Como avalia esse Estatuto e seu alcance à realidade indígena?

Entrevistado – Maria Lúcia, de fato, o Estatuto foi forjado e conquistado com muita luta. Digo isso porque participei desse processo, desde quando ajudava na Legião Brasileira de Assistência – LBA, no meu bairro Cabana do Pai Tomás, e da distribuição de leite e daqueles pós de morango, que se fazia sucos, gelatinas que tinha como centro, a ajuda no processo nutricional das crianças e adolescentes e servia até mesmo aos idosos. No nosso caso, de pessoas indígenas, havia bastante intolerância a esses tipos de alimentos. Eu mesmo tinha aversão a leite e seus derivados, em função de uma doença da minha infância que foi atribuída ao excesso de cálcio e se chama osteocondromatose múltipla hereditária, que só se cura por métodos invasivos e doloridos como as cirurgias. Mas uma questão que sempre me deixou maçado, na vida, eram as consultas de puericultura: a gente que tem sangue universal e uma doença como essa me colocava na situação de cobaia, nas macas hospitalares, onde cercados de estudantes de medicina apalpavam as protuberâncias ósseas e ainda perguntavam se estava doendo. Fiz esse tratamento em quatro grandes hospitais de Belo Horizonte (Baleia, Felício Roxo, Santa Casa e São Domingos Sávio).

Naquele tempo, não havia prioridade absoluta, e eu imagino as demais crianças que passaram por serviços de saúde desregulamentados, sem o SUS e sem controle social, e/ou mesmo, o mínimo de participação social.

Os 35 anos de Estatuto precisa ser muito comemorado, inclusive com o Sistema Único de saúde e a Lei das Diretrizes e Bases da Educação- LDBE e o mesmo é, sem dúvida, uma potente conquista da população, sobretudo, quando tudo parecia perdido. Instituições totais, as antigas FEBEMs, tratavam a criança e o adolescente com a mesma filosofia do sistema penitenciário. A biopolítica era a linha adotada para o Estado e o Capital. Havia os matáveis e assim, estimulavam rebeliões, tipo no Carandiru, em São Paulo, eu passei, então, a analisar o Estatuto, na parte que ele ainda não lida criança como deveria, em relação as infâncias e adolescências indígenas, a juventude.

Entrevistadora – Explique essa questão da parte que o Estatuto não chegou, segundo sua opinião.

Entrevistado – Olha Maria Lúcia, não é uma opinião apenas individual, mas uma constatação da dificuldade relacionada aos Conselheiros Tutelares, que são em número desfavorável em relação a demanda. Conheço bastante dessa questão, primeiro pela originalidade da proposta, e depois, pela desvirtuação da mesma, em função de processos eleitorais manipulados e que foram inseridos neopentecostais, que se associam

à ideologia do negacionismo, e possui um número significativo de agir ao “pé da letra”. Por exemplo, não aceitam que haja diferenças ao tratamento da criança, não conhecem de territorialidade, interculturalidade, falta conselheiros e conselheiras tutelares que sejam indígenas, a exemplo dos Agentes de Saúde Indígena, e que tenha conhecimento mínimo das vivências dos Povos Indígenas, seja no campo ou na cidade... Por exemplo, os indígenas Warao, da Venezuela, que habitam o Brasil e, inclusive, suas atuais infâncias já são brasileiras, por nascerem aqui, a cultura desse povo é a de viver unidos e em bandos. Jamais saem sem seus filhos, e esses participam da chamada coleta, que é o fato de pedirem ajuda a seu povo com fraldas, dinheiro, alimentos, que em muitos casos, são levados a quem ficou no país de origem. Essa visão de entender que as crianças estão pedindo esmola e num trabalho escravo é uma completa ofensa aos direitos e às especificidades indígenas.

■ Entrevistadora – Você acredita em alteração desse quadro? Qual seria sua recomendação e/ou mesmo conselho?

Entrevistado – Primeiramente, o desejo de alterações e mudanças no comportamento humano, em relação às crianças e adolescentes, de um modo geral, deve partir de todas as pessoas que atuam, diretamente, com esse cotidiano. Por exemplo, em Teófilo Otoni/MG, nesse mês de setembro de 2025, uma pessoa, em surto, levou seu filho de quatro anos num posto de gasolina e o esfaqueou em público. A criança escapou com vida, mas aí, precisamos entender a motivação psíquica que levou esse trabalhador a chegar nesse ponto. É crime, mas precisamos entender as condições em que o sujeito vive, as agruras que passa. Por isso, um dos pontos centrais será o de atuação em rede intersetorial e intrasetorial, com as demais políticas públicas. Isso já acontece, mas precisa ser aprimorado. Acredito que o quadro poderá mudar positivamente, principalmente, em relação ao modo, forma própria de vida, costumes, uma vez que as sociedades e/ou comunidades indígenas são muito diferenciadas e diversas entre si, e cabe ao Estado e à própria sociedade brasileira, entender, respeitar e atender às demandas específicas indígenas, e assim, veremos as infâncias sendo realmente Prioridade Absoluta, e vivendo por muito tempo junto à sua família, que pode ser a tradicional ou mesmo a família estendida.

■ Entrevistadora – Diga aí qual é o gargalo principal no qual o Estatuto precisa de aprimoramento do ponto de vista indígena?

Entrevistado – Uma questão que precisa ser repensada pelo CONANDA é a da destituição do Pátrio Poder. O exemplo dado sobre o incidente, no posto de gasolina, serve para que pensemos estratégias menos punitivas e mais corretivas para que a criança e o adolescente não sejam a principal vítima dos problemas acarretados pelos adultos, em especial, seus pais. Se pensarmos que uma deputada federal levou seu filho bebê para uma manifestação de ocupação da Presidência da Câmara dos Deputados, a gente pensa em quebra do decoro parlamentar e até mesmo, em destituição do pátrio poder, mas essa criança pagaria pelo crime do adulto? Alternativas precisam ser pensadas de maneira que haja a punição e a preservação de quem é dotado de prioridade absoluta.

Entrevistadora – Teria mais algum ponto que você destacaria nessa comemoração dos 35 anos do ECA?

Entrevistado – Sim. Estive trabalhando contigo em uma jornada de debates e pensamentos, no Grupo Violes, da UnB, que se traduz no combate à violência contra as infâncias Indígenas, e na época, o ponto focal era os Yanomami, que estavam expostos na mídia, a condições subumanas que as crianças e os idosos anciãos estavam passando. Assim, pensamos juntos, a propositura de um Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias, e uma linha de grande pesquisa, o que foi acolhido a idéia pela Deputada Erika Kokay do PT/DF, e a acolhida não foi só na intenção, mas na prática, liberação de recursos para que se desenvolvesse essa pesquisa, na UnB, por meio do Centro de Estudos Multidisciplinares, que acolheu a proposta, e assim, foi criado formalmente o OPOI e a Pesquisa teve início. Foram feitos nove grandes grupos de pesquisadores, focados na questão das infâncias indígenas, e tive a honra em estar nessa construção, como pessoa indígena, que atuou na vice-coordenação e na mobilização de diversos estudantes indígenas, mulheres indígenas e demais lideranças, para que a pesquisa não fosse desenvolvida simplesmente por não-indígenas.

Entrevistadora – Nossa! Você foi ao cerne da questão, que é a presença indígena na pesquisa. Você pode falar mais sobre isso?

Entrevistado – Tivemos um trabalho em grandes equipes. Primeiramente, reforçando o Grupo Violes, da UnB, depois, a Deputada Erika Kokay, pela nobreza dos debates, destinando verba de emenda parlamentar. Aí, se constitui o Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias. Após discussão e aprovação do corpo diretivo da UnB, várias reuniões online, pesquisa sobre as infâncias na Amazônia, no Rio Grande do Norte, em Mato Grosso, em Brasília, em Minas Gerais, a qual teve até uma plataforma Biblioteca Digital, da qual participei. O exemplo em Roraima, que define os números em relação às infâncias, direitos indígenas, invisibilidade da criança, acesso a políticas públicas, as mulheres indígenas, em contexto urbano, da qual também participei. Portanto, a potência dessa pesquisa inédita me fez fortalecer os laços com o processo de escrita e levantamento de dados. Assim, pude ver as limitações orçamentárias, ver minhas amigas indígenas, meus parentes, numa relação de pertencimento... E ainda, no caso de Minas Gerais, apesar de termos perdido a amiga Beth Leitão, aliás, que merece notas de elogio. Destaco, ainda, a Miriam Leitão, sua irmã. Nossa pesquisa denunciava a invasão da ideologia das minerações, no Vale do Jequitinhonha, denunciávamos as mineradoras em Araçuaí, revelando a organização dos indígenas Puri. Mostramos a presença indígena, em contexto urbano, trazendo uma base com dados das comunidades indígenas de Minas Gerais... Só não conseguimos fazer o trabalho com os Maxakali, devido a um período em que Beth Leitão esteve internada.

Entrevistadora – Qual a marca deixada pelos indígenas, nesse período da pesquisa OPOInfâncias?

Entrevistado – Para mim, foi quando a Deputada Federal Erika Kokay chamou uma audiência pública sobre a questão das mulheres indígenas, e tive a oportunidade de atuar no processo de levantamento das principais mulheres, em nível nacional, que fizeram a exposição de suas histórias, narrativas temáticas, versando sobre os povos originários e suas infâncias. As marcas são fortes. Uma delas foi poder entrar na UnB e fazer palestras, ser respeitado, ser conteudista de curso. Isso é uma verdadeira valori-

zação dos indígenas, nessas pesquisas e como os passos devem ser dados, aos poucos. Aprendi que falar de povos e comunidades indígenas é falar de si, para um outro mundo, que é possível e necessário.